



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,27% São Paulo	0,93% Nova York	R\$ 5,181 (- 0,23%)	R\$ 1.621	R\$ 5,906	13,65%	13,66%	Abri/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32
	187.422 183.476 22/9 23/9 24/9 25/9	18/setembro 5,144 21/setembro 5,108 22/setembro 5,102 24/setembro 5,193					

MP DO FIM DAS BETS

Empresas reguladas pretendem recorrer na Justiça para o cumprimento dos contratos de outorga firmados com o governo e que renderam R\$ 2,25 bilhões aos cofres públicos, considerando 85 licenciamentos realizados

Judicialização no radar

» PEDRO JOSÉ BORGES
» ROSANA HESSEL

As empresas de apostas on-line reguladas no Brasil pretendem recorrer à Justiça contra a Medida Provisória (MP) que decretou o fim das bets. A MP nº 1.394/2026, publicada no *Diário Oficial da União* (DOU), em edição extra, na sexta-feira passada, já está valendo e proíbe a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade de apostas de quota fixa no país.

A nova MP estabelece um período de transição para o encerramento das operações. Os apostadores poderão retirar voluntariamente os valores disponíveis nas plataformas até às 23h59 de 5 de outubro. A partir do dia seguinte, os sites e aplicativos deverão ser desativados. Segundo Carlos Lima, presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), o setor recebeu a decisão com preocupação, principalmente pela mudança nas regras depois da autorização regulamentada para o funcionamento das bets.

“O primeiro ponto é o cenário de insegurança jurídica, porque as empresas pagaram outorgas, outorgas

essas por cinco anos, as empresas seguiram todas as regras que estavam previstas pelo governo federal e de uma hora para outra o governo decide acabar com esse setor”, afirmou Lima. “Agora, por outro lado, o governo federal também tardou a tomar algumas medidas”, acrescentou. Ele destacou que o setor, diferentemente do governo federal, investiu em fiscalização e o valor extrapola R\$ 120 milhões.

Antes da publicação da MP do fim das bets, Lima havia afirmado que as empresas recorreriam à Justiça, caso a proibição fosse efetivada pelo governo. Agora, o IBJR confirmou ao **Correio** que mantém a posição e reforçou que deve buscar a devolução das outorgas pagas e o ressarcimento dos investimentos realizados. As empresas de apostas on-line foram legalizadas em 2018, no governo de Michel Temer (MDB), funcionaram ao longo do mandato de Jair Bolsonaro (PL) sem regulamentação e sem pagar impostos, o que ocorreu apenas no atual governo.

O anúncio da MP do fim das bets, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ocorreu em evento em São Paulo, na sexta-feira. Lula

alegou questões de “saúde pública” para justificar a medida, devido ao elevado número de famílias endividadas com jogos on-line.

A MP estabelece que a extinção das autorizações ocorre por motivo de interesse público, e não dá às empresas direito à devolução, total ou parcial, dos valores pagos pelas outorgas nem a indenização por investimentos realizados ou expectativa de continuidade da atividade. Até o momento, foram concedidas 85 outorgas para exploração de apostas on-line de quota fixa, segundo dados do governo. O valor pago por cada empresa foi de R\$ 30 milhões, totalizando R\$ 2,5 bilhões pagos pelas bets regularizadas.

O economista e professor de Finanças do Insper Ricardo Rocha também reconheceu que a proibição das bets regularizadas junto com as ilegais gera insegurança jurídica, além disso, classificou que a medida, junto com outras anunciadas pelo governo recentemente e que geram mais despesas, como o reajuste do Bolsa Família, são arriscadas nesta reta final para as eleições. Para ele, o chefe do Executivo está adotando estratégia parecidas

com a de Jair Bolsonaro (PL) em 2022, quando perdeu o pleito.

O advogado Luiz Felipe Maia, sócio do escritório MYLaw Advogados, especialista em negociação e mediação pela Harvard University e mestre em direito privado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apontou dois caminhos jurídicos que podem ser utilizados pelas empresas para questionar a medida. O primeiro é o ajuizamento de ações individuais ou coletivas perante a Justiça Federal, com pedidos de tutela de urgência para suspender os efeitos concretos da MP sobre autorizações, operações e contratos.

“O segundo é o controle concentrado perante o STF, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta por partido político, entidade de classe de âmbito nacional ou outro legitimado constitucional”, afirmou Maia.

Além das empresas de apostas on-line, a oposição não poupou críticas à MP do fim das bets. Para eles, a iniciativa foi considerada eleitoreira. O candidato à Presidência pelo Novo, Romeu Zema, disse ontem que as medidas recentes adotadas pelo

governo federal são “aberração eleitoral”. O candidato do PL, Flávio Bolsonaro disse que Lula é o “pai do cassino on-line” e o “pai do tigrinho” e “está desesperado” ao adotar as medidas para o fim das bets. “Vamos salvar o Brasil das mãos dessa quadrilha do PT. O Lula está desesperado”, afirmou Flávio, em carreta com apoiadores em São João de Meriti (RJ).

O governo federal deverá realizar, na terça-feira, uma reunião com os clubes de futebol — que já receberam mais de R\$ 1 bilhão em patrocínio das bets.

Desenrola 3.0

No evento em São Paulo, Lula e os ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, anunciaram também o novo programa de renegociação de dívidas, o Desenrola 3.0, no qual o governo fará um leilão para comprar dívidas bancárias das famílias e repassar aos devedores descontos estimados em 90%. O programa prevê alcançar R\$ 150 bilhões em débitos, com custo estimado de R\$ 15 bilhões para os cofres públicos.

O professor do Insper também criticou o novo programa. “Esse novo Desenrola é um assalto ao bolso do pagador de imposto, porque o governo vai dar dinheiro do contribuinte para quem não sabe contrair dívida”, lamentou Rocha. Segundo ele, essa medida é a mais ultrajante para quem paga imposto regularmente, porque é uma forma de “comprar votos”. “O dinheiro do Tesouro Nacional é do pagador de impostos, que trabalha muito para pagar dívidas de outras pessoas. Isso vai desincentivar o pagamento de imposto”, alertou.

Rocha disse que ficou abismado com o fato de os ministros da área econômica apoiarem esse novo programa, porque ele vai desequilibrar ainda mais as contas públicas que já estão no vermelho. “Um ministro da Fazenda que entendesse a importância da gestão fiscal correta não assinaria uma medida que autorizasse um programa desse, porque ele vai deseducar o devedor”, disse Rocha. “Essa medida é um tapa na cara do pagador de imposto, independente de quem ele vota”, frisou.

» **Leia mais** na página 20

COMBUSTÍVEIS

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Objetivo da medida é minimizar o impacto das altas do preço do petróleo devido ao conflito no Oriente Médio

Governo prorroga subsídio

O governo federal decidiu prorrogar por mais 30 dias a subvenção ao óleo diesel em R\$ 2,12 por litro. A medida consta em portaria do Ministério da Fazenda publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU) na noite de sexta-feira, mas divulgada pela assessoria de imprensa da pasta comandada pelo ministro Dario Durigan, na manhã de ontem.

Em nota, o Ministério da Fazenda divulgou a portaria da pasta, editada na véspera, que assegura continuidade da subvenção de R\$ 2,12 para o diesel e justificou a medida “devido à persistência da volatilidade dos preços internacionais do petróleo e dos combustíveis”.

A portaria da Fazenda entra em vigor hoje, porque o subsídio de R\$ 1,12 ao diesel A, de uso rodoviário, estava previsto na MP 1.363/2026, que venceu ontem.

A subvenção do diesel e da gasolina vem sendo adotada pelo governo federal após o início do conflito do Oriente Médio, que fez os preços do petróleo dispararem. Como o barril do óleo tipo Brent, referência

R\$ 2,12

valor da subvenção sobre o litro do diesel prorrogada por mais 30 dias

no mercado internacional, voltou a ser negociado acima de US\$ 100, o Executivo editou, em 11 de setembro, a MP 1.391/2026, que autorizou a Fazenda a definir, por ato próprio, o valor da subvenção ao diesel e ampliou o valor da subvenção em mais R\$ 1 por litro do combustível, a fim de evitar novos reajustes para os consumidores.

Com fundamento nessa autorização, a Portaria MF 2.813/2026 fixou uma subvenção adicional, que, somada ao valor previsto na MP 1.363/2026, resultou no patamar atualmente vigente de R\$ 2,12 por litro. E como a MP 1.363/2026 perdeu a validade ontem, a Fazenda ajustou a portaria para que, a

partir de hoje, o valor de R\$ 2,12 por litro continuasse valendo, passando, agora, a ser estabelecido integralmente com fundamento da MP 1.391/2026.

“A alteração, portanto, não implica aumento da subvenção, mas garante a manutenção do valor total atualmente praticado, evitando sua redução com o término da vigência da MP nº 1.363/2026”, destacou a nota da Fazenda.

Durante o anúncio da MP prorrogando os subsídios para a gasolina e o aumento em R\$ 1 na subvenção por cada litro do diesel, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron, estimaram em um impacto fiscal de R\$ 7 bilhões por mês dessas medidas. Além disso, o governo anunciou outras medidas de aumento de gastos que devem impactar no resultado primário das contas públicas, como o reajuste de 15% no Bolsa Família, que deve ter um custo adicional no Orçamento de R\$ 5,8 bilhões, neste ano, e de R\$ 22,7 bilhões, em 2027. (RH)

PO NEWS

EDIÇÃO Nº 1072 | ANO 51

Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

27 DE SETEMBRO DE 2026 | BRASÍLIA/DF

VILLA ALMARE

LANÇADO O MAIS NOVO ÍCONE DE ÁGUAS CLARAS

Águas Claras ganhou um novo endereço para quem não abre mão de viver com estilo, conforto e experiências extraordinárias. O Villa Almare nasce com a força da parceria entre PaulOOctavio, Villela e Carvalho e Engemil para redefinir o conceito de morar bem. São mais de 5 mil m² de lazer, que criam um verdadeiro universo de possibilidades dentro do condomínio.

Piscinas, SPA, sauna, academia, beach tennis, sports bar, salão de festas e pista de boliche estão entre os destaques. Tudo isso em um projeto que transforma cada dia em uma oportunidade de aproveitar mais a vida. Coworking, sala de games, brinquedoteca inclusiva, pet place, mini market e bicicletário completam a experiência. É sair de casa sem precisar sair do seu mundo: lazer, bem-estar, conveniência e diversão estão a poucos passos.

No Villa Almare, o extraordinário deixa de ser exceção e passa a fazer parte da rotina. Tecnologia, segurança e sustentabilidade completam um empreendimento pensado para o presente e preparado para o futuro. Usina solar, iluminação LED, reaproveitamento de águas cinzas e infraestrutura para veículos elétricos mostram que inovação também é morar melhor.

Apartamentos de dois e três quartos, opções com duas ou três suítes, Casas Almare e penthouses atendem a diferentes estilos de viver. Ambientes amplos, terraços privativos e soluções exclusivas tornam cada unidade ainda mais especial. Com arquitetura da Crosara e paisagismo de Fábio Camargo, cada detalhe foi concebido para valorizar o projeto. O Villa Almare é mais que um novo empreendimento: é uma nova referência de qualidade de vida em Águas Claras. Chegou o momento de viver tudo o que você sempre imaginou.

www.paulooctavio.com.br

Informe publicitário